

ANEXO

EXERCÍCIO DE 2017

1 - Introdução.

O anexo, visa complementar a informação financeira apresentada noutras demonstrações financeiras, divulgando as bases de preparação e políticas contabilísticas adoptadas e outras divulgações exigidas pelas Normas de contabilidade e relato financeiro.

O presente documento não constitui um formulário relativo às notas do anexo, mas tão só uma compilação das divulgações exigidas pelas normas referidas, caso aplicáveis à entidade.

1.1 - Identificação da entidade.

Designação da entidade: **Associação Nossa Senhora da Consolação**

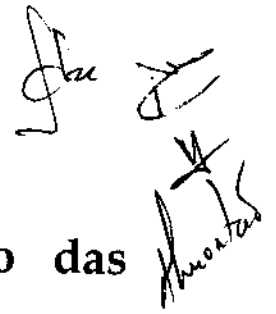
Sede: **Monfortinho - 6060-006 Monfortinho**

Natureza da Atividade: **Apoio Social**

Contribuinte: **503 569 500**

CAE: **88101**

Número médio de trabalhadores: **5**



2. Referencial contabilístico de Preparação das demonstrações financeiras.

2.1. Enquadramento

As demonstrações financeiras do exercício foram preparadas, em todos os seus aspectos materiais, em conformidade com as disposições do SNC-ESNL e respetivas NCRF e no quadro das disposições em vigor em Portugal, vertidas no Decreto-Lei n.º 158/2009, de 13 de Julho.

2.3. *Indicação e comentário das contas do Balanço e da demonstração dos resultados cujos conteúdos não sejam comparáveis com os do exercício anterior.*

Os valores constantes das demonstrações financeiras do período findo em 31 de Dezembro de 2017, são comparáveis em todos os aspectos significativos com os valores do exercício de 2016.

3. Principais políticas contabilísticas

3.1. *Bases de mensuração usadas na preparação das DFs*

a) Ativos Intangíveis:

Não existem.

b) Activos fixos tangíveis:

Os ativos fixos tangíveis encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das amortizações acumuladas.

As depreciações destes activos são calculadas segundo o método das quotas constantes, utilizando-se para o efeito as taxas máximas definidas na Portaria 737/81, de 29 de Agosto para bens adquiridos antes de 1 de Janeiro de 1989, no Decreto Regulamentar 2/90 de 12 de Janeiro para bens adquiridos entre 1 de Janeiro de 1989 e 31 de Dezembro de 2009.

O processo de depreciação inicia-se no começo do exercício em que o respectivo bem entrou em funcionamento.

4. Activos fixos tangíveis

4.1. Divulgações gerais

A mensuração inicial dos activos fixos tangíveis baseou-se no método do custo.

As depreciações destes activos são calculadas segundo o método das quotas constantes, utilizando-se para o efeito as taxas máximas, definidas na Portaria 737/81, de 29 de Agosto para bens adquiridos antes de 1 de Janeiro de 1989; no Decreto Regulamentar 2/90 de 12 de Janeiro para bens adquiridos entre 1 de Janeiro de 1989 e 31 de Dezembro de 2009.

O processo de depreciação inicia-se no começo do exercício em que o respectivo bem entrou em funcionamento.

4.2 - Quantia escriturada bruta e a depreciação acumulada no início e no fim do período:

- Conforme quadro apresentado no nº seguinte:

Movimentos	Rubricas				
	Edifícios e outras construções	Equipamento básico	Equipamento de transporte	Equipamento administrativo	Outros activos fixos tangíveis
Saldo inicial:		32.518,03	28.697,65	3.193,40	573,62
Valor de aquisição		32.518,03	28.697,65	3.193,40	573,62
Depreciação acumulada		-32.518,03	-28.697,65	-3.193,40	-573,62
Imparidade acumulada					
Valor líquido inicial		298,70	0,00	0,00	0,00
Movimentos do ano:					
Aquisições		453,25			
Alienações					
Transferências					
Depreciação do exercício		-124,43			
Imparidade do exercício					
Saldo final:		3627,52	0,00		
Valor de aquisição		32.971,28	28.697,65	3.193,40	573,62
Depreciação acumulada		-32.343,76	-28.697,65	-3.193,40	-573,62
Imparidade acumulada	0			0	0
Valor líquido final	0	627,52	0,00	0,00	0,00

4.3 - Reconciliação da quantia escriturada no início e no fim do período que mostre as adições, as alienações, os abates e as depreciações:

- Conforme quadro anterior.

4.4 - Restrições à titularidade de activos, fixos tangíveis, dados como garantia de passivos:

- Não existem.

4.5 - Compromissos contratuais para aquisição de activos fixos tangíveis:

- Não existem.

5 - ACTIVOS INTANGÍVEIS

5.1 - Divulgação por classe:

Conforme quadro seguinte:

Movimentos	Rubricas				
	Goodwill	Projectos de desenvolvimento	Programas de computador	Propriedade industrial	Outros activos intangíveis
Saldo inicial:					
Valor de aquisição					
Depreciação acumulada					
Imparidade acumulada					
Valor líquido inicial	0	0	0	0	0
Movimentos do ano:					
Aquisições					
Alienações					
Transferências					
Depreciação do exercício					
Imparidade do exercício					
Total de movimentos	0	0	0	0	0
Saldo final:					
Valor de aquisição	0	0		0	0
Depreciação acumulada	0	0		0	0
Imparidade acumulada	0	0	0	0	0
Valor líquido final	0	0	0	0	0

6. Custos de empréstimos obtidos

6.1. Políticas contabilísticas adoptadas nos custos

Não existem.

7. Inventários

Não existem.

8. Rédito

Para os períodos de 2016 e 2017 foram reconhecidos os seguintes réditos:

Descrição	2016	2017
Vendas		
Prestação de serviços		
Quotas dos utentes	35.680,54	41.817,96
Quotas e joias	762,00	1.820,00
Refeições	91,00	5.915,00
Total	35.680,54	49.552,96

9. Provisões, passivos contingentes e activos contingentes

9.1. Texto

Não aplicável.

9.2. Descrição dos passivos contingentes

Não aplicável.

9.3. Descrição dos activos contingentes

Não aplicável.

10. Subsídios e outros apoios das entidades públicas

A 31 de dezembro de 2016 e 2017, a entidade tinha os seguintes saldos nas rubricas de subsídios e outros apoios das entidades públicas:

Descrição	2016	2017
Subsídios do Governo		
CRSS Castelo Branco	54.343,01	42.924,36
Município Idanha-a-Nova	-	15.000,00
Autoridade Tributária	57,65	107,48
União Freguesias Monfortinho	-	1.000,00
Total	54.400,66	59.031,84
Subsídio de outras entidades		
José Manuel C. Antunes	-	510,00
Outros	300,45	740,95
Subtotal	300,45	1.250,95
Total	54.701,11	60.282,79

11. Instrumentos financeiros

11.1. Investimentos financeiros

No período de 2016 e 2017, a entidade não possui investimentos financeiros.

11.2.

Fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros

A 31 de dezembro de 2016 e 2017, a entidade não apresentava saldos na rubrica referida em epígrafe.

Montes *de* *4*

11.3. Créditos a receber

Para os períodos de 2016 e 2017 a rubrica créditos a receber não possui movimentos a desagregar.

11.4. Outros ativos correntes

A 31 de dezembro de 2016 e 2017, a entidade não apresentava saldos na rubrica referida em epígrafe.

11.5. Caixa e depósitos bancários

A rubrica de caixa e depósitos bancários, a 31 de dezembro de 2016 e 2017, encontrava-se com os seguintes saldos:

Descrição	2016	2017
Caixa	385,12	463,51
Depósitos à ordem	16.109,90	9.662,24
Depósitos a prazo	5.000,00	-
Outros	-	-
Total	21.495,02	10.125,75

11.6. Fornecedores

O saldo da rubrica de fornecedores é discriminada da seguinte forma:

Descrição	2016	2017
Fornecedores c/c	793,83	10,00
Adiantamento a fornecedores	-	135,30
	-	-
Total	793,83	145,30

11.7. Estado e outros entes públicos

Descrição	2016	2017
Ativo		
Imposto sobre Rendimentos das Pessoas Coletivas (IRC)	4,16	2,08
Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA)	1.370,94	1.992,34
Outros Impostos e Taxas	-	-
Total	1.375,10	1.994,42
Passivo		
Imposto sobre Rendimentos das Pessoas Coletivas (IRC)	-	-
Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA)	-	-
Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Singulares (IRS)	276,00	638,50
Segurança Social	1.814,85	1.596,21
Outros Impostos e Taxas	-	-
Total	2.090,85	2.234,71

11.8. Outras dívidas a pagar não correntes

Para os períodos de 2016 e 2017 a rubrica de outras dívidas a pagar não possuem movimentos a desagregar.

11.9. Outros passivos correntes

A rubrica de outros passivos correntes desdobra-se da seguinte forma:

Descrição	2016	2017
Pessoal		
Remunerações a pagar	6.655,57	5.943,78
Cauções	-	-
Outras operações	(10,00)	-
Outros credores	-	-
Total	6.645,57	5.943,78

12. BENEFÍCIOS DOS EMPREGADOS

Descrição	2016	2017
Remunerações aos Órgãos Sociais	-	-
Remunerações ao Pessoal	41.465,98	40.340,71
Plano prestacional	5.860,42	5.623,82
Encargos sobre as remunerações	7.888,53	9.010,05
Seguros d Acidentes Trabalho	205,66	378,38
Outros gastos com Pessoal	836,10	157,69
Total	56.256,69	55.510,65

13. ACONTECIMENTOS APÓS A DATA DO BALANÇO

Não são conhecidos à data quaisquer eventos materiais, com impacto significativo nas demonstrações financeiras de 31 de Dezembro de 2017.

14. DIVULGAÇÕES EXIGIDAS POR OUTROS DILOMAS LEGAIS

A entidade não apresenta dívidas ao estado em situações de mora, nos termos do Decreto-Lei nº. 534/80, de 7 de Novembro.

Dando cumprimentos ao estabelecido no Decreto-Lei nº. 411/91, de 17 de Outubro, informa-se que a situação da entidade perante a segurança social se encontra regularizada, dentro dos prazos legalmente estipulados, para além de uma acordo prestacional existente, no montante de **6.589,61 euros**, à data de 31 de Dezembro de 2017.

15. OUTRAS DIVULGAÇÕES

15.1. DIFERIMENTOS

Em 31 de Dezembro de 2016 e 2017, a rubrica de diferimentos continha os seguintes saldos:

Descrição	2016	2017
Gastos s reconhecer		
Seguros	325,99	521,31
Total	325,99	521,31

15.2. Fundos patrimoniais

Nos fundos patrimoniais ocorrem as seguintes variações:

Descrição	Saldo em 31-Jan-2016	Aumentos	Diminuições	Saldo em 31-Dez-2017
Fundos	16.413,74	-	-	16.413,74
Excedentes técnicos	-	-	-	-
Reservas	-	-	-	-
Resultados transitados	20.596,16	-	21.325,88	(729,72)
Excedentes de revalorização	-	-	-	-
Ajustamentos/outras variações nos fundos patrimoniais	-	-	-	-
Total	37.009,90	-	21.325,88	15.684,02

15.3. Subsídios, doações e legados à exploração

A entidade reconheceu, nos períodos de 2016 e 2017, os seguintes subsídios, doações heranças e legados:

Descrição	2016	2017
Subsídios de outras entidades	-	-
Doações	300,45	1.250,95
Heranças	-	-
Legados	-	-
Total	300,45	1.250,95

15.4. Fornecimentos e serviços externos

A repartição dos fornecimentos e serviços externos nos períodos findos em 31 de dezembro de 2016 e 2017, foi a seguinte:

Descrição	2016	2017
Trabalhos especializados	1.674,65	7.784,50
Publicidade e propaganda	63,96	475,77
Vigilância e Segurança	4,55	910,20
Honorários	3.740,00	2.740,00
Conservação e reparação	3.927,83	5.499,51
Ferramentas e utensílios	97,25	1.880,31
Material de escritório	243,70	540,67
Artigos para oferta	-	430,00
Eletricidade	3.505,99	3.305,14
Gasóleo	1.570,80	910,00
Gasolina	414,00	697,00
Gaz	1.609,53	1.999,70
Água	478,85	617,45
Lenha	250,80	190,80
Deslocações e estadas	950,40	256,50
Comunicação	245,75	696,63
Seguros	503,45	533,88
Contencioso e notariado	-	612,00
Limpeza, higiene e conforto	-	1.113,77
Total	19.281,60	31.193,83

15.5. Outros rendimentos e ganhos

Descrição	2016	2017
Rendimentos suplementares	-	-
Desconto pronto pagamento obtidos	6,19	-
Outros rendimentos e ganhos	120,00	-
Total	126,19	-

15.6. Outros gastos

A rubrica de outros gastos encontra-se dividida da seguinte forma:

Descrição	2016	2017
Impostos	66,41	128,58
Multas e penalidades	5.200,00	-
Correções relativas exercícios anteriores	2.515,95	10,00
Total	7.782,36	138,58

15.7. Resultados financeiros

A rubrica de resultados financeiros encontra-se dividida da seguinte forma:

Descrição	2016	2017
Juros obtidos	-	-
De depósitos	16,64	8,32
De financiamentos obtidos	-	-
Total	16,64	8,32

O Técnico Oficial de Contas

João Manuel Amaro Antunes
ECO 40007

A Direcção

Ana Maria Ramos Joaquim Mendes
Maria Isabel Mendes Nunes Soares
Manoel do Almonte Campos Rocha